

Pela primeira vez, empresários estão satisfeitos.

Os empresários que fazem parte do Conselho Monetário Nacional saíram da reunião de ontem revelando seu otimismo com o fato de que, pela primeira vez, segundo eles, o governo realmente se dispõe a cortar seus gastos e não apenas reduzir o déficit público pelo aumento da tributação. E, lembrando as promessas do candidato Tancredo Neves, de realizar uma administração austera e ampliar os espaços para a iniciativa privada, vários desses empresários afirmaram sua confiança na recuperação do País.

Apesar das restrições ao crédito decididas na reunião do CMN, o presidente da Fiesp, Luis Eulálio Vidigal Filho, acha que, no ano que vem, o País tem condições de crescer em torno de 5%, embora com altos juros. "Não vejo previsão de queda de juros, e se eles caírem será em função da menor presença do setor público no mercado. Está previsto que o governo pagará Cr\$ 16,2 trilhões em ORTN, e isso é dinheiro que vai para as mãos do setor privado."

"Jogos de números"

Sobre como a economia poderá crescer, sob uma política de austeridade, o presidente da Fiesp argumentou: "Uma análise do orçamento monetário de 84 não indicaria crescimento de nem 1% do PIB, e no entanto estamos chegando a 4%, com produção industrial devendo registrar crescimento de 4 a 4,5%". Para 85, frisou Vidigal, isso será ainda mais possível, na medida em que o candidato Tancredo Neves já assinalou que uma das prioridades do governo dele será o combate ao déficit público.

Vidigal também considera melhor jogo de números o crescimento do superávit operacional do setor público, de 2,9% do PIB contra 0,5% este ano. Como o setor público brasileiro responde por 60% da economia, isso indicaria a manutenção do processo recessivo. Para ele, porém, tudo dependerá de como serão administradas as finanças públicas



Os empresários gostaram das decisões, que desta vez visam ao corte dos gastos públicos e não ao aumento de tributação. Mas o presidente da Fiesp (foto) acha que, mesmo com a perspectiva de um ano melhor, os juros não vão baixar muito em 85.

a partir do próximo ano. "E a economia do setor público poderá se dar perfeitamente sem aumento de impostos, de forma bastante racional", prevê.

O presidente da Fiesp afirmou que só será possível aumentar os níveis de emprego, retomar o crescimento e combater a inflação, ao mesmo tempo, se o Estado diminuir sua presença na economia, liberando maior volume de recursos para a iniciativa privada.

Vidigal previu um crescimento industrial da ordem de 6% em 85 e lembrou que a carta de intenções firmada com o FMI não traça metas irrecoráveis e poderá ser renegociada pelo governo Tancredo.

Agricultura

O representante do setor agrícola no CMN, Mário Stadler de Souza, observou que em função de um orçamento monetário apertado, a agricultura poderá enfrentar dificuldades de crédito, em 85, maiores

que as encontradas neste ano. Ele disse esperar que no primeiro ano do próximo governo sejam contornados os problemas da falta de recursos para a comercialização agrícola.

O presidente do BNH, Nelson da Matta, disse que o próximo governo deve dar prioridade aos gastos destinados ao setor social. Ele considerou difícil a manutenção da expansão monetária em 60% no ano que vem, uma vez que a conversão em cruzeiros do superávit de US\$ 10 bilhões no balanço de pagamentos vai gerar pressão sobre a política monetária.

Durante a reunião do Conselho, o presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, defendeu a posição do setor financeiro e solicitou ao ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que o governo, em vez de fazer o resgate de Cr\$ 16,2 trilhões em títulos públicos no próximo ano, transferisse uma parcela desses recursos para acabar com a dívida de Cr\$ 3 trilhões que o Iapás tem com os bancos.

O ministro da Fazenda não aceitou a proposta. Mas o orçamento monetário já prevê que Cr\$ 1,5 trilhão, a metade do débito, será coberto pelo Tesouro, e a outra metade será paga com captação de recursos no mercado aberto. O débito do Iapás com o setor financeiro nacional é um problema que se arrasta há anos.

Apenas um ministro, o da Fazenda, como presidente do Conselho compareceu à reunião. Não compareceram Delfim Neto, do Planejamento, Nestor Jost, da Agricultura, nem Murilo Badaró, da Indústria e do Comércio, ou mesmo Mário Andreazza, do Interior. O primeiro a abandonar a reunião, ainda às 12h30 — só acabou às 15h30, tendo começado às 11h —, foi o presidente do Banco Nacional da Habitação, Nelson da Matta. Também se retirou cedo o professor Octávio Gouveia de Bulhões.

Austeridade

O presidente do Banco Econômico disse que não vê como se poderia reduzir a inflação em 85 sem se fixar um orçamento apertado para o próximo ano. Ele acentuou que qualquer governo que se inicia deve adotar uma política econômica dura e rigorosa, que trará benefícios a toda a sociedade, indistintamente. Calmon observou que a austeridade não implica redução do desenvolvimento, uma vez que ao conter suas despesas o governo abrirá espaços para a iniciativa privada.

O presidente do Banco de Crédito Nacional, Pedro Conde, afirmou que a austeridade é inevitável, "além de muito trabalho e garra, sem o que não se sairá de lugar algum". Ele comentou ainda que o próximo governo certamente acompanhará o programa de ajuste econômico firmado com o Fundo Monetário Internacional. Conde deixou a reunião do CMN dizendo-se encorajado com as perspectivas da economia para 85 e elogiou a forma como foi fixado o orçamento monetário para o próximo ano.